

# Diário da Assembléia

## Assembléia Legislativa

LEI N. 993, DE 6 DE ABRIL DE 1951

Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n. 881, de 6 de dezembro de 1950.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Diógenes Ribeiro de Lima, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do ar-

tigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a ter a seguinte redação o artigo 2.º da Lei n. 881, de 6 de dezembro de 1950:

“Artigo 2.º — Os diplomados pelas Escolas Práticas de Agricultura terão preferência na nomeação para os cargos de Monitor Agrícola e Inspetor de Alunos”.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de abril de 1951.

(a) Diógenes Ribeiro de Lima — Presidente. Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de abril de 1951.  
(a) Oswaldo Pereira da Fonseca — Diretor Geral.

### 14.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2.ª LEGISLATURA, EM 6 DE ABRIL DE 1951

Presidência dos srs. Diógenes de Lima, Nelson Fernandes, Jânio Quadros e Osny Silveira

Secretários, srs. Romeiro Pereira, Salgado Sobrinho

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Convido o sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é posta em discussão e, sem debate, aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Convido o sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O sr. 1.º Secretário dá conta do seguinte

#### EXPEDIENTE

Telegrama — Do Diretório do Partido Social Progressista de Lorena, comunicando a instalação do Ginásio Estadual daquela cidade.

Ofício — Da Câmara Municipal de São José dos Campos, comunicando não terem sido empregadas na construção de prédios escolares as verbas consignadas para esse fim nos orçamentos.

Ofício — Da Câmara Municipal de São Pedro, informando ter sido eleito Prefeito daquela cidade o vereador dr. José George Wached.

Ofício — Da Câmara Municipal de Altinópolis, solicitando apolo para o Projeto de lei que concede auxílio destinado ao transporte de alunos de grau médio.

Ofício — Da Câmara Municipal de Mogi Mirim, solicitando rápido andamento para o Projeto de lei que dispõe sobre a encampação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Ofícios (2) — Da Câmara Municipal e da Prefeitura de Nova Aliança, solicitando andamento da escritura de doação do terreno necessário à construção do Grupo Escolar local.

Abaixo-assinado — De Laerte Medeiros e outros, de Barrânia, município de Caconde, solicitando providências no sentido de ser aquele distrito dotado de estrada de rodagem ligando-o a Caconde, prédio para Grupo Escolar e Posto Policial.

Ofício n. 3.808, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos seguintes termos:

Em 29 de março de 1951

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício em que V. Exa. me comunica a eleição da Mesa que dirigirá os trabalhos dessa Assembléia durante a presente sessão legislativa.

Agradecendo a gentileza dessa comunicação, apresento a V. Exa., com os meus cumprimentos, os votos de uma feliz administração.

(a) Alcides de Almeida Ferrari — Presidente do Tribunal de Justiça.

A Sua Excelência o senhor dr. Diógenes Ribeiro de Lima, M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Ofício do Ministério da Aeronáutica, nos seguintes termos:

Rio de Janeiro, 28 de março de 1951.

Exmo. sr.

Deputado Diógenes Ribeiro de Lima

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

São Paulo.

Exmo. sr.

Tenho o prazer de acusar o recebimento e agradecer a V. Exa. a amável comunicação da eleição da Mesa que regerá essa Assembléia durante a presente sessão legislativa.

Acerte, com os demais membros da Mesa, meus votos de pleno êxito nos trabalhos ora iniciados.

Com meus protestos de estima e consideração

(a) Nero Moura — Ministro da Aeronáutica.

#### TELEGRAMA

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa São Paulo

Levo ao conhecimento de vossa excelência v.g. prazerosamente que nesta data assumi o cargo Diretor Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo para o qual fui honrado confiança Exmo. Sr. Presidente República p.t. Neste ensejo v.g. esperamos contar valiosa e imprescindível colaboração vossa excelência sentido bem coletividade p.t. Colocando-me sua inteira disposição firmo-me v.g. atenciosamente p.t. Leoncio Renault de Castro Diretor Regional Correios e Telégrafos de São Paulo.

#### EMENDAS

EMENDA N. 41 AO PROJETO DE LEI N. 2, DE 1951 (R. 296/51)

Acrescente-se onde convier:

Artigo... — Passam para o padrão “S” os vencimentos dos Cargos de Chefe de Seção, padrão “L”, dos diversos quadros do funcionalismo público civil do Estado.

Parágrafo único — Os títulos de nomeação dos funcionários abrangidos por este artigo serão apostilados pelos Secretários de Estado a que estiverem subordinados, as apostilas publicadas no órgão oficial.

Justificação

Os cargos de Chefe de Seção, pela natureza das atribuições que lhes cabe são de tanta responsabilidade como os de Diretor.

Sempre que os diretores tiveram melhoria de vencimentos, por esse motivo, os chefes de seção foram também contemplados.

Obedecendo a esse critério, fomos levados a apresentar a emenda retro.

Sala das Sessões, abril de 1951

(a) Pinheiro Junior

EMENDA N. 3 AO PROJETO DE LEI N. 73, DE 1951 (R. 295/51)

Altere-se, na tabela a que se refere o artigo... o respectivo escalonamento, que passará a ter início na letra “F”, ficando a situação nova da carreira constituída de “F” a “J”.

Substitua-se: o artigo 2.º pelo que segue: Artigo 2.º — Aos integrantes da carreira referida neste artigo, compete executar as funções específicas de fiscalização inerentes aos órgãos em que forem lotados.

Acrescente-se onde convier: Artigo... — Os cargos a que faz referência a tabela anexa, serão providos de uma só vez, obedecida as seguintes condições:

- a) mérito;
- b) tempo de serviço;
- c) idade; e
- d) encargos de família.

§ 1.º — O mérito será avaliado pela responsabilidade dos encargos conferidos aos fiscais durante toda a sua vida funcional.

§ 2.º — As demais condições serão avaliadas na forma prescrita pela Lei n. 569, de 29 de dezembro de 1949, que regula o processo de promoção.

Artigo... — As condições de provimento dos cargos a que se refere o artigo 1.º, serão avaliadas por uma Comissão composta de tantos membros quantas forem as Seções fiscalizadoras do Departamento da Produção Vegetal, onde estão lotados os fiscais.

§ 1.º — Dessa Comissão fará parte um representante da entidade da classe — Associação dos Fiscais da Secretaria da Agricultura.

§ 2.º — A Comissão de Provimento será designada pelo Secretário de Estado, mediante indicação do Senhor Diretor Geral do Departamento da Produção Vegetal, e Diretoria da Associação dos Fiscais da Secretaria da Agricultura.

#### Justificativa

Justificou-se a alteração da tabela anexa ao Projeto de lei n. 73, pelo fato de ter sido a mesma elaborada em 1946, quando o custo de vida ainda não tinha atingido o grau elevadíssimo ora alcançado fato este que levou o Governo a alterar recentemente os padrões de vencimentos de diversas carreiras do funcionalismo público, do Estado.

2 — O provimento de uma só vez, justificava-se plenamente pelo fato de tratar-se de uma carreira nova, constituída de auxiliares aos quais competem funções especiais, exercidas por delegação de seus chefes imediatos durante meses seguidos ou, mesmo, anos, motivo pelo qual o mérito deverá ser avaliado pela responsabilidade dos encargos que lhes foram conferidos durante toda a sua vida funcional.

3 — A Comissão de Provimento deverá ser constituída por representantes das Sessões onde os fiscais estão lotados em virtude da variedade das atribuições fiscalizadoras que lhes competem no perfeito exercício de suas atribuições, justificando-se ainda a inclusão na mesma, de um representante de sua Instituição de classe, pela necessidade que tem o Governo de manter-se em contacto direto com um interprete das aspirações legítimas de uma classe cuja carreira ora se reestrutura, como providência útil aos interesses do serviço público.

(a) Narciso Pieroni — Asdrubal da Cunha — Felício Tarabay — Gualberto Moreira — Plácido Rocha.

#### REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 170, DE 1951

A Liga Autonomista de São Paulo, que tem à sua frente figuras exponenciais da Política, do Jornalismo, da Cultura e da Produção paulista, e representa o Povo, com o qual está identificada, pede-me que proteste contra a interferência de inspetores de Polícia do D.O.P.S. que vêm tentando impedir a circulação de listas de adesões nos bairros populares, como aconteceu, ainda há dias, em Vila Maria, através da interferência do investigador Antonio Salinas, que ameaçou prender um trabalhador encarregado daquela atividade patriótica e democrática.

Requeiro a V. Exa. que dê conhecimento deste protesto a S. Exa. o Sr. Secretário da Segurança Pública.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1951.

(a) Jânio Quadros

REQUERIMENTO N. 171, DE 1951

Não funcionava o Poder Legislativo quando faleceu o Dr. Heitor Maurano. Transcorre hoje o 30.º dia deste triste acontecimento. Bem é que a Assembléia Legislativa o registre com pesar proporcionado ao vulto da perda que ela representa para a sociedade paulistana. Poeta de elevada inspiração e sadio estro, jornalista de ascendido espírito público, cristão, foi, todavia, como médico, que ele soube desdobrar toda a esplêndida e exuberante bondade de seu grande e nobre coração, servido pelas fulgurações de lúcida e ordenada inteligência. Amigo generoso e médico desvelado teve a sua morte pranteada pelo círculo incontável dos que sempre lhe votaram a mais carinhosa e agradecida estima. A Assembléia Legislativa reverencia-lhe a memória, pranteando-lhe o prematuro desaparecimento. E' o que requeremos conste da ata de nossos trabalhos, dando-se desta homenagem conhecimento à família do saudoso morto.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1951.

(aa) Monsenhor Carvalho — Romeiro Pereira — Narciso Pieroni — João Salgado Sobrinho — Alfredo Farhat — Almeida Pinto.

REQUERIMENTO N. 172, DE 1951

Requeremos, ouvido o Plenário, na forma regimental, ao Poder Executivo, através da Secretaria da Viação e Obras Públicas, se digne de informar a razão pela qual não foi dado integral cumprimento ao despacho n. 5.258, publicado no “Diário Oficial” de 30 de setembro de 1950 e que mandava estender a rede de água até o n. 1.069 da Rua Freital, bairro do Carandirú.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1951.

(a) Mendonça Falcão.

REQUERIMENTO N. 173, DE 1951

Considerando que o tradicional Prédio da Imigração, sito à Rua Visconde de Parnaíba, há muito se encontra ocupado pelo Ministério da Aeronáutica;

Considerando que o Estado de São Paulo não pode prescindir desse imóvel, afim de poder acomodar os imigrantes que afluem para este Estado;

Considerando que na ausência desse próprio Estadual, o Governo de São Paulo vê-se constrangido a alojar os imigrantes estrangeiros e nacionais, que diariamente afluem em massa para este Estado, em pensões sem a menor comodidade;

Considerando que é indispensável reaver para o Estado, com urgência, o referido prédio,

Requeiro seja nomeada uma Comissão Interpartidária, afim de entender-se com o Sr. Presidente da República e com o Ministro da Aeronáutica, no sentido de concretizar a devolução do referido prédio da imigração ao Estado, por entender que é medida de necessidade urgente e consultar os legítimos interesses da coletividade.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1951.

(a) Yukishigue Tamura.

REQUERIMENTO N. 174, DE 1951

Requeremos à Mesa informar:

1 — Quais os funcionários ou servidores da Assembléia que executam serviços extraordinários; qual a natureza desses serviços, qual a duração ou prazo diários dos mesmos e quais as bases de retribuição que recebem?

2 — Quais as despesas da Assembléia no ano legislativo de 1950 com serviços extraordinários? Houve despesas sob essa rubrica no período das últimas férias parlamentares? Na afirmativa, quais os funcionários que prestaram, qual a natureza do serviço e qual o valor total das despesas?

3 — Qual esse valor no mês de março, p.p., com atenção, ainda, aos quesitos do número 1, deste requerimento.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1951.

(a) Jânio Quadros.

REQUERIMENTO N. 175, DE 1951

Requeremos ao Poder Executivo informar:

1 — Enviou a Secretaria da Viação ao Município de Tatui o engenheiro que examinará o estado das rodovias daquele município, arruinadas em consequência das últimas chuvas torrenciais? Na negativa, existe ou não solicitação nesse sentido, e promessa de atendimento pelas Autoridades responsáveis?

2 — Sabe o Executivo que, nos termos de notícias recebidas daquele município, vem Tatui sofrendo graves danos em sua economia com a queda de pontes e o estado das estradas, impeditivo tudo da normalização de seus negócios, especialmente no setor agrícola?

Sala das Sessões, 6 de abril de 1951.

(a) Jânio Quadros

REQUERIMENTO N. 176, DE 1951

Requeremos à Mesa informar:

1 — Tem a Assembléia, a seu serviço, inspetores de Polícia? Na afirmativa, número, nomes, delegacia de origem, data do comissionamento e funções ou atribuições de cada Inspeção.

2 — Qual a gratificação assinada pela Assembléia aos mesmos Inspetores? Qual o número de Inspetores em serviço na Legislatura passada? Ocorreram substituições, neste exercício? Na afirmativa, quais as substituições? Ocorreu aumento no número de Inspetores? Na afirmativa, quais os novos elementos admitidos, quais as razões que determinaram essas admissões; quais os encargos ou atribuições dos mesmos e quais as delegacias de origem? Sala das Sessões, 6 de abril de 1951.

(a) Jânio Quadros.

REQUERIMENTO N. 177, DE 1951

Requeremos ao Poder Executivo informar:

1.º — Tem o Sr. Secretário do Trabalho conhecimento da denúncia feita pelo jornal “A hora”, segundo a qual um Escriturário do Departamento Estadual do Trabalho a 22 de dezembro de 1950 passou à situação de Inspeção Interino, e a 30 do mesmo mês, foi efetivado nesse cargo?

2.º — Na afirmativa, é ou não irregular, ilegal e imoral esse aproveitamento? Atenta ou não contra o direito sagrado de inúmeros servidores e afronta ou não a letra expressa da Constituição Federal? Quais as providências energicas do titular da Pasta para apurar os fatos denunciados, anulando, a seguir, a nomeação escandalosa? Sala das Sessões, 6 de abril de 1951.

(a) Jânio Quadros.

REQUERIMENTO N. 178, DE 1951

Requeremos ao Executivo informar:

1) — Como se explica o fechamento pelo Diretor de Escola Normal “Caetano de Campos”, da sede do Centro Acadêmico dessa mesma Escola?

2) — Teve o Governo conhecimento do fato? Autoriza-